



Comunicação e Historicidade na Crise

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - Florianópolis - SC

ISSN: 2448-3370

É crônica? A discursividade do jornal *O Macaco Brasileiro*

Giovanna Benedetto FLORES ¹

Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, SC

Resumo: A proposta deste artigo é analisar discursivamente o periódico “O Macaco Brasileiro”, que circulou no Rio de Janeiro em 1822. Tendo como personagem o macaco, o jornal ironizava o momento político que tinha como ponto central o movimento da independência. A partir da textualidade deste jornal, busco compreender se houve um rompimento com a forma de dizer da imprensa brasileira, materializando a fundação do discurso jornalístico brasileiro e se também marca o início da crônica jornalística do/no Brasil.

Palavras-chave: Discurso Jornalístico; Crônica; História da Imprensa.

Considerações iniciais

O ano de 1821 do século XIX foi o marco para a imprensa brasileira. Ainda colônia de Portugal, o Brasil seguiu os passos do movimento da imprensa lusitana e da Revolução Liberal do Porto de 1820, que pedia mais liberdade de imprensa e o retorno da Corte para Lisboa. Os lusitanos, em sua maioria, nunca aceitaram tranquilamente a vinda da família real para o Brasil, em 1808, fugindo da invasão francesa. Em troca do apoio dado pela Inglaterra, D. João VI fez diversos acordos comerciais, dando inúmeras vantagens aos ingleses e prejudicando a economia portuguesa, tanto na América como na Europa. Deste modo, a Revolução do Porto surgiu porque os lusitanos se consideravam “a colônia de uma colônia” (MONTEIRO E PEDREIRA, 2013 p.26), principalmente após o Brasil ser levado ao estatuto de Reino, no seio do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

O regime liberal teve como consequências na imprensa lusitana e brasileira o surgimento de vários periódicos, que segundo Tengarrinha (2013) “em três anos foram criados 112 jornais em Portugal”. Na colônia, os reflexos destes conflitos políticos em

¹ Jornalista (Unisinos 1985), Mestre em Ciências da Linguagem (Unisul 2005), Doutora em Linguística (Unicamp 2011) Fez estágio pós-doutoramento em Ciências da Informação/História da Imprensa (Universidade Fernando Pessoa, Porto/PT 2018). É docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (Linha Texto e Discurso) e do curso de Jornalismo da Unisul.



Comunicação e Historicidade na Crise

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - Florianópolis - SC

ISSN: 2448-3370

Portugal e as agitações de 26 de fevereiro daquele ano², foi o Decreto de 2 de março de 1821, que instituiu a liberdade de imprensa e, com isso, o aumento do número de periódicos que circulavam no Brasil Colônia, sendo que em 1821 surgiram 24 folhetins/jornais e em 1822 foram criados mais 16 novos periódicos.

Pelo decreto, todo o cidadão podia, sem depender da censura prévia, manifestar sua opinião em qualquer matéria, desde que respondesse pelo abuso dessa liberdade. Ou seja, o decreto transferia a censura de lugar, deixando para os impressores a responsabilidade sobre os escritos nos jornais. Dito de outra forma, a censura continuava, mas deixava de ser prévia a passava a ser aplicada não somente aos autores dos textos mas também aos responsáveis pelas tipografias, quando os escritos não tinham autoria³.

Foi a partir de 1821, com o novo decreto, que houve um deslocamento do jornalismo determinado pela Corte para uma outra discursividade. É neste momento que começa a circular no Rio de Janeiro o periódico “O Macaco Brasileiro”, entre junho e agosto de 1822, que escrito com o uso de metáforas, fazia deboche da posição política do momento e se apresentava como único jeito de ser útil ao público, por meio da crítica aos costumes da época.

A partir destas considerações iniciais busco compreender, tendo por base teoria a Análise de Discurso de linha franco/brasileira, se a nova discursividade do periódico produziu um rompimento com a forma de dizer da imprensa europeia, materializando a fundação do discurso jornalístico brasileiro. Também interessa compreender se essa discursividade marca o início da crônica jornalística do/no Brasil.

As metáforas do Macaco Brasileiro

² A revolta, na manhã de 26 de fevereiro de 1821 na praça do Rossio ou Praça da Constituição (hoje Tiradentes), no Rio de Janeiro, foi por conta de um decreto assinado pelo rei D. João VI que decidiu enviar a Portugal o príncipe D. Pedro, para “ouvir” as reivindicações dos revoltosos da Revolução Liberal do Porto. A guarnição militar do Rio, fiel às Cortes, opôs-se ao decreto. O padre Marcelino Macamboia, líder da revolta, entregou ao príncipe a exigência do juramento à Constituição. Entre as promessas estava a liberdade de imprensa.

³ Ver FLORES, G.B. Os sentidos de nação, liberdade e independência na imprensa brasileira (1821-1822) e a fundação do discurso jornalístico brasileiro. (2014).



Comunicação e Historicidade na Crise

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - Florianópolis - SC

ISSN: 2448-3370

Os redatores de “O Macaco Brasileiro”, Manoel Zuzarte e Pedro da Silva Porto, fizeram apenas 16 edições entre junho e agosto de 1822. Mesmo assim, gerou polêmica com outros periódicos, como o “Papagaio”, que criticava seu estilo. Segundo Lustosa (2000) o jornal lembra Macunaína, de Mário de Andrade, com seu personagem malandro, ladino e sempre bem-humorado.

A proposta irônica e satírica do periódico já estava marcada na epígrafe. Com a frase de Pérsio⁴ “(...) *Ah, si faz dicere! Sed fas*” (“*É verdade! Tem o direito de falar! Então use-o*”), o jornal provoca o brasileiro a falar. O movimento de provocação se dá de diversas formas, configuradas por filiações a uma memória de um outro tempo-espaço: Roma Antiga. Esta mobilização se dá no título do periódico e na sua epígrafe, que fazem comparecer uma relação entre a sátira e a ironia. A sátira, pela memória discursiva que se instaura pela citação de Pérsio; a ironia, pela designação “macaco brasileiro”, que trabalha ao mesmo tempo com o lugar-comum da visão do outro, do estrangeiro, discursivamente o português; e com a figura de linguagem da metáfora, deslocando-a: não se trata de imitar, mas de dizer, macaqueando. Portanto, entendemos discursivamente que a epígrafe tem relação com o poder dizer do brasileiro, que naquele momento não tinha voz, não podia falar, porque não tinha direitos como os portugueses.

“O Macaco Brasileiro” é escrito em metáforas, usando a primeira pessoa na forma de diálogo entre ele (o macaco) e os leitores. Foi através da metáfora que produziu uma diferença na tradição da escrita dos periódicos da época. Discursivamente a metáfora é entendida como efeito de uma palavra por outra. Segundo Pêcheux (1988, p.161) “uma palavra, uma proposição não tem um sentido que lhes é próprio, vinculado à sua literalidade. Seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais

⁴ Esta frase é uma expressão do diálogo entre Pérsio, de origem romana e Rômulo, de origem helenista, que está na obra intitulada Sátira. A sátira se transforma em humor satírico por apresentar semelhanças com a realidade. Segundo Alves (2010) a sátira poética praticada em Roma por Pérsio e Horácio, era moralizante e continha intenções reformadoras, porque o conceito de sátira está ligado ao sentimento de indignação e à vontade de moralizar costumes.



Comunicação e Historicidade na Crise

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - Florianópolis - SC

ISSN: 2448-3370

palavras, expressões ou proposições mantêm com as outras (...) da mesma formação discursiva”.

Já na primeira edição o redator se apresenta como macaco preso ao cepo que aprende a falar. O macaco está presente em todas as 16 edições, fazendo críticas e propondo ao cidadão brasileiro um novo lugar do dizer, deslocando-se de uma política que já estava funcionando na Corte, ou seja, não estava alinhado à maçonaria nem à Corte portuguesa. Nesse sentido propõe-se como brasileiro “não português”

Meus amigos, Sou Macaco velho, calejado por natureza, e por experiência, preso ao cepo, há tantos anos, e correndo de mão em mão, muito havia de aprender a minha custa, e também, imitando, ou fazendo, o que via, mexi livrinhos e ouvindo coisinhas, nada me tem escapado, até não escapei de apanhar de travesso, mas como não podia falar, agüentei as chuchas caladas, e só guinchava. (...) Teve então de mim piedade Minerva, por ver tão bons desejos (...) e concedeu-me a fala, para me poder desafrontar. (...) hei de falar pelos cotovelos, o ponto é que haja quem me dê ouvidos, que os olhos já há muito sei enfeitiçar pelos meus esgares e macaquices. (O MACACO BRASILEIRO, n.1, junho 1822)

Na primeira edição é possível observar as marcas da impossibilidade de enunciar, cabendo a eles (o macaco) apenas guinchar. Entendo que há uma relação entre barbárie e civilização, ou seja, o macaco é da linhagem humana, mas não é civilizado e por isso não tem direito de poder dizer, isto é, ao brasileiro, só cabe imitar, principalmente, os portugueses. Essas eram então as condições de produção dessa posição-sujeito naquele momento político de 1822, propondo uma nova forma de constituição da identidade brasileira. É o que Lagazzi (1988), p.97) demonima de resistência do sujeito, em que esse não aceita, não se submete passivamente ao poder, não aceita a coerção.

Desse modo, “O Macaco Brasileiro” inaugura um lugar de dizer, porque não fala de um lugar político já cunhado pelos outros periódicos da época. Se o jornal assumisse o dizer já instituído, estaria se repetindo e não fundando uma nova discursividade, mas sim um argumento. Entendo que essa nova discursividade também é a base para a crônica jornalística, que começa a ser formulada no início do século XIX e se estabiliza posteriormente como lugar de contradição no próprio jornalismo. Esse lugar é explorado



Comunicação e Historicidade na Crise

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - Florianópolis - SC

ISSN: 2448-3370

pelos autores do jornal na medida em que há uma inversão de papéis, ou seja, o macaco torna-se visível pela “língua” dos eruditos. Entendo que a fundação da crônica tem em sua base o acontecimento discursivo de março de 1821: o periódico materializa o acontecimento discursivo, ao inscrever-se numa posição-sujeito jornalista brasileiro. É a marca desta posição que depois se desdobra em várias outras formas do discurso jornalístico brasileiro.

É por meio da crônica que o jornal faz política embora pareça que está brincando. Para assumir este lugar, ele só pode fazer por meio de macaquices, ou não será reconhecido como brasileiro. Discursivamente podemos pensar nas formações imaginárias para compreender esse lugar do brasileiro, em que o sujeito constrói uma imagem do outro e de si mesmo, estabelecendo estratégias discursivas num jogo de imagens dos sujeitos com os lugares que ocupam na formação social, sendo que estes lugares “não dizem respeito a sujeitos físicos ou lugares empíricos, mas às imagens resultantes de suas projeções” (FERREIRA, 2005, p.16). E aí fica a pergunta: o brasileiro é o sujeito que está entre as mesas roubando comida?

Referências Bibliográficas

FERREIRA, M.C.L. Glossário de termos do discurso. Porto Alegre, UFRGS, 2005

LAGAZZI, S. O desafio de dizer não. Campinas, Pontes, 1988

LUSTOSA, I. Insultos impressos: a guerra do jornalismo na independência (1821-1823). São Paulo. Cia das Letras, 2000.

MONTEIRO, N. G.; PEDREIRA, J. As chaves do período. In: PEDREIRA, J.; FARIA, F; MONTEIRO, N.G. (orgs). O colapso do Império e a Revolução Liberal 1808-1834. Volume 1. 1ª Edição. Madri, Espanha: Fundación Mapfre; Carnaxide, Portugal: Editora Objectiva. 2013

O MACACO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, 1822. Disponível no Arquivo Edgard Leuenroth, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp.

PÊCHEUX, M. Semântica e discurso – uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. De Eni Orlandi. 4.ed. Campinas, Editora Unicamp, 1988

TENGARRINHA, José. **Nova história da imprensa portuguesa. Das origens a 1865.** 1ª Edição. Lisboa, Portugal. Editora Temas e Debates. 2013